

SINFOR - Sindicato das indústrias da informação do distrito federal [s i n f o r . o r g . b r]

Resolução CAMEX nº 8, de 29.03.2004

Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2005, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, da lista anexa, na condição de "Ex"-tarifários.

Resolução CAMEX nº 3, de 13.02.2004

Ficam alteradas para 4% (quatro por cento), até 31 de dezembro de 2005, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de Ex-tarifários.

Resolução ICP-BRASIL nº 31, de 29.01.2004

Altera os Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-Brasil e os Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.

Resolução ICP-BRASIL nº 30, de 29.01.2004

Prorroga o prazo estipulado pelo art. 1º da Resolução nº 23, de 29 de agosto de 2003, do Comitê Gestor da ICP-Brasil e dá outras providências.

Resolução CAMEX nº 46, de 24.12.2003

Altera para 4% (quatro por cento), até 31 de dezembro de 2005, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, da lista anexa, na condição de Ex-tarifários.

Resolução ICP-BRASIL nº 28, de 11.11.2003

Prorroga o prazo estipulado pelo item 6.1.8, da Resolução nº 2, de 25 de setembro de 2001, do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Resolução ICP-BRASIL nº 27, de 24.10.2003

Prorroga o prazo estipulado pelo item 6.1.8, da Resolução nº 2, de 25 de setembro de 2001, do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Resolução ICP-BRASIL nº 26, de 24.10.2003

Altera os Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-Brasil, os Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP - Brasil e os Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP - Brasil.

Resolução ICP-BRASIL nº 25, de 24.10.2003

Aprova os procedimentos a serem adotados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI na sua atividade de fiscalização.

Resolução CAMEX nº 29, de 09.10.2003

Altera para 4% (quatro por cento), até 31 de dezembro de 2005, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, da lista anexa, na condição de Ex-tarifários.

Instrução Normativa SRF nº 358, de 09.09.2003

Altera a Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002, que dispõe sobre o PIS/Pasep e a Cofins.

Resolução ICP-BRASIL nº 24 de 29.08.2003

Estabelece critérios para cadastramento e autorização de empresas de auditoria especializada e independente no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL.

Resolução ICP-BRASIL nº 23 de 29.08.2003

Prorroga o prazo estipulado pelo art. 2º da Resolução nº 9, de 12 de dezembro de 2001, do Comitê Gestor da ICP-BRASIL e estabelece regras transitórias para a ICP-BRASIL.

Resolução ICP-BRASIL nº 22 de 29.08.2003

Altera a Resolução 12, de 14 de fevereiro de 2002, que estabelece regras processuais para credenciamento na ICP-BRASIL.

Resolução ICP-BRASIL nº 21 de 29.08.2003

Altera a Declaração de Práticas de Certificação da AC - Raiz da ICP - Brasil, os Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP - Brasil, os Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP - Brasil e os Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP - Brasil.

Resolução CNIg nº 55 de 27.08.2003

Dispõe sobre autorização de trabalho e concessão de visto a estrangeiros sob contrato de transferência de tecnologia e/ou de prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo empregatício ou em caso de emergência.

Resolução ICP-BRASIL nº 20 de 08.05.2003

Determina o desenvolvimento de uma plataforma criptográfica aberta, voltada à operação da AC Raiz.

Resolução ICP-BRASIL nº 19 de 08.05.2003

Aprova modelo do formulário eletrônico Revalidação dos Dados Cadastrais e Solicitação de Novo Certificado, de que trata a Resolução nº 1, de 25 de setembro de 2001, do Comitê Gestor da ICP - Brasil.

Recomendação SLTI/MPOG nº 1, de 09.12.2002

Recomenda aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que façam a adaptação da proposta de Norma de Utilização de Correio Eletrônico, Anexo, com o objetivo de estabelecer regras para os serviços de Correio providos por cada órgão ou entidade, obedecidas as especificidades de cada um.

Instrução Normativa SRF nº 247, de 32.11.2002

Dispõe sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado em geral.

Resolução Comitê Executivo do Governo Eletrônico nº 14, de 06.12.2002

Institui o Inventário de Recursos de Tecnologia da Informação e de Comunicação - INVENTIC com o objetivo de reunir as informações quantitativas a respeito de equipamentos, sistemas operacionais básicos, aplicativos de apoio, informações sobre redes locais e segurança, dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Resolução Comitê Executivo do Governo Eletrônico nº 13, de 25.11.2002

Institui o Sistema de Acompanhamento de Processos do Governo Federal - PROTOCOLO.NET.

Resolução Comitê Executivo do Governo Eletrônico nº 9, de 04.10.2002

Institui, para uso dos órgãos da Administração Pública Federal direta, o Portal Governo, sistema de apoio à ação governamental destinado à melhoria da gestão interna.

Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 17, de 20.09.2002

Altera os critérios e procedimentos de credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil e dá outras providências.

Resolução Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI nº 55, de 04.09.2002

Considera prioritário programa de interesse nacional na área de informática e automação.

Resolução Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI nº 54, de 30.08.2002

Estabelece critérios para credenciamento de incubadoras de empresas de base tecnológica em Tecnologias da Informação, para os fins previstos na Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no Anexo I.

Resolução Comitê Executivo do Governo Eletrônico nº 6, de 22.07.2002

Cria no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico o Subcomitê de Certificação Digital e dá outras providências.

Resolução Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI nº 1, de 06.03.2002

Considera prioritário o Programa para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, em execução sob a Coordenação da Sociedade SOFTEX, CNPJ nº 01.679.152/0001-25, entidade reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP em 22 de maio de 2001.

Resolução Comitê Gestor RNP nº 4, de 06.12.2001

Aprova a política de uso do backbone RNP2, os procedimentos para qualificação de organizações usuárias e a relação das instituições usuárias primárias.

Resolução Comitê Gestor RNP nº 3, de 06.12.2001

Define os critérios para qualificação de uma organização como PoP e autoriza o estabelecimento de termo de compromisso para sua operação.

Resolução Comitê Gestor RNP nº 2, de 06.12.2001

Dispõe sobre a prioridade na atualização de conexão de instituições usuárias ao backbone RNP2.

Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 6, de 22.11.2001

Aprova os critérios e procedimentos de credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

(*) Com alterações estabelecidas pela Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 17, de 20.09.2002

Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 5, de 22.11.2001

Aprova o relatório de auditoria apresentado pela Comissão designada pela Resolução nº 3, de 25.09.2001, homologar a Auditoria Certificadora Raiz - AC Raiz e o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO como seu prestador de serviço, bem como autorizar à Auditoria Certificadora Raiz - AC Raiz a gerar seu par de chaves assimétricas e a emitir o seu certificado.

Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 4, de 22.11.2001

Altera a Declaração de Práticas de Certificação da AC Raiz da ICP-Brasil.

Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 2, de 25.09.2001

Aprova a Política de Segurança da ICP-Brasil.

Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 1, de 25.09.2001

Aprova a Declaração de Práticas de Certificação da AC-Raiz da ICP-Brasil.

(Alterada pela Resolução Comitê Gestor ICP-Brasil nº 4, de 22.11.2001)

Resolução CE de Comércio Eletrônico nº 1, de 08.08.2001

Estabelece os temas dos subcomitês do Comitê Executivo de Comércio Eletrônico e seus respectivos coordenadores.

Resolução CG nº 2, de 15.04.98

Delega competência à FAPESP para realizar as atividades de registro de nomes de domínio, distribuição de endereços IPs e sua manutenção na rede eletrônica INTERNET.

Resolução CG nº 1, de 15.04.98

Dispõe sobre o Registro de Nome de Domínio para conectividade à INTERNET, com o objetivo de disponibilizar informações e serviços.

Instrução Normativa Conjunta MARE/MCT nº 1, de 13.06.97

Dispõe sobre a atualização da Arquitetura de Referência do POSIG, definida no Decreto nº 518, de 08.05.92.

Instrução Normativa MARE nº 17, de 11.11.96

Institui a Rede do Governo Federal.

Circular MICT nº 60, de 06.11.96

Racionaliza o processo de redução de alíquotas do imposto de importação, sob a forma de "ex", para bens de capital, de informática ou de telecomunicações, não produzidos na Região do MERCOSUL e assinados na TEC com BK ou BIT, bem como ajustar procedimentos relativos aos pleitos de redução aos compromissos do Brasil no âmbito do MERCOSUL.

Termo de Compromisso MCT, de 17.09.96

Projeto Estratégico: "Desenvolvimento da Infra-Estrutura de Serviços Tecnológicos".

Ofício-Circular MARE nº 14, de 27.06.96

Trata das especificações técnicas para comunicação e interoperação dos sistemas de informação, denominadas perfis funcionais.

Ofício-Circular MARE nº 13, de 27.06.96

Trata retirada das restrições relativas á camada de transporte, constantes dos itens " Introdução " dos Perfis Funcionais F-T-002-01, FT-003-01, F-T-00501 e F-A-001-01, publicados pela IN Conjunta SAF/MCT nº 01, de 30 de novembro de 1994.

Ofício-Circular MARE nº 12, de 27.06.96

Trata da atualização da Arquitetura de Referência do POSIG, com a inclusão dos protocolos de comunicação TCP (Transmission Control Protocol) e IP (Internet Protocol), definidos pelas Recomendações RFC (Request for Comments) 793 e 791, respectivamente, e a especificação RFC 1006, da arquitetura Internet.

Ato Declaratório (Normativo) SRF nº 15, de 17.04.95

Dispõe sobre as condições para gozo dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23.10.91.

Instrução Normativa Conjunta SAF/MCT nº 01, de 30.11.94

Dispõe sobre as especificações iniciais do POSIG - Perfil OSI do Governo Brasileiro.

Circular MICT nº 84, de 24.11.94

Trata sobre redução de alíquota de bens de capital, de informática e de telecomunicações, sem produção na região do Mercosul.

Resolução CONIN nº 26, de 22.09.86

Regulamenta o art. 23 da Lei n 7.232, de 29.10.84, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.